



Funcionários do BB realizam nesta quarta Dia Nacional de Luta contra reestruturação

Atividade é uma resposta ao desrespeito do banco e do governo que negam as reivindicações de proteção dos funcionários em situação de desespero em todo o país

Em reunião na quinta-feira (1/12) com a diretoria do Banco do Brasil, a Contraf-CUT, e a Comissão de Empresa dos Funcionários do BB reafirmaram que são contrários ao processo de reestruturação por envolver corte de mais de 9 mil postos de trabalho e provocar a redução salarial de milhares de funcionários, caso estes não sejam realocados.

Foi mais uma mesa de negociação em que o banco, presidido por Paulo Cafarelli, deixou sem resposta várias questões sobre o fechamento de agências, cortes de cargos e funções, redução no quadro de funcionários e na jornada, e, ainda, um plano de aposentadoria com público alvo de 18 mil funcionários. E também, o fechamento de mais de 400 agências e a transformação de 379 delas em posto de atendimento.

LUTA É RESPOSTA CONTRA DESRESPEITO

Os representantes dos trabalhadores propuseram ao banco que seja criado um VCP Permanente (Verba de Caráter Pessoal), nos moldes da verba 226 do plano de funções. Também cobraram respostas quanto à extensão do VCP aos caixas. O banco nada respondeu, alegando que o assunto ainda está sob análise. O VCP tem como objetivo garantir a remuneração daqueles que perderão seus cargos ou tenham suas agências extintas.

Para a realocação dos funcionários foi proposto ao BB que no sistema TAO (Talentos e Oportunidades) Especial, criado com esta finalidade, seja adotado o critério de prioridade para os funcionários que ficarem sem vagas. E critério de maior pontuação para a escolha dos funcionários no mesmo nível.

Também foi proposto que mesmo depois de entrar em VCP, os funcionários tenham a pontuação do cargo anterior preservada para as concorrências na lateralidade para cargos

TEMERÁRIO & CAFARÓQUIO

**NÃO VOU VENDER O BB!
NÃO VOU DEMITIR!**



semelhantes. O Banco do Brasil não forneceu a lista dos cargos e dotações cortadas em cada prefixo, alegando que o quadro não está fechado. O banco também não respondeu claramente o que vai acontecer com aqueles que não conseguirem realocação. Também não informou a planilha com os cargos cortados.

“Diante da falta de respeito do banco em relação às reivindicações dos funcionários, a Contraf-CUT e a Comissão de Empresa orientam a participação maciça no Dia Nacional

de Luta em defesa dos funcionários ameaçados pelo processo de reestruturação imposta por este governo privatista e temerário. Também lutamos em defesa de um banco público forte que atenda às necessidades da população brasileira”, disse a diretora do Sindicato, Rita Mota, integrante da Comissão de Empresa.

(Leia mais sobre o assunto em artigo da presidenta do Sindicato, Adriana Nalesso, na página 3).

TST apoia bancos no caso da hora extra

A Subseção 1 Especializada em Dissídios Individuais (SDI-1) do Tribunal Superior do Trabalho (TST) ficou do lado dos bancos no julgamento sobre o divisor bancário, que trata da hora extra. Apesar da categoria ter jurisprudência do próprio tribunal favorável sobre o tema, o TST acompanhou o argumento dos banqueiros. Esse foi o primeiro recurso repetitivo da história da Corte.

O Departamento Jurídico da Contraf-CUT estuda medidas para questionar a validade da decisão, considerando a competência ou não da Subseção 1 Especializada em Dissídios Individuais (SDI-1) em decidir de forma a, na prática, modificar ou revogar Súmula Jurisprudencial do plenário do tribunal. A decisão, neste caso, deveria ter sido encaminhada ao próprio plenário do TST.

Um ponto central da discussão relativa às horas extras dos bancários era a possibilidade de incluir os sábados e feriados no cálculo do valor do repouso semanal remunerado. Se o sábado permanecesse incluído, a hora extra ficaria mais cara para os bancos. Pela conta, as 30 horas semanais seriam divididas por seis e então multiplicadas por 30, resultando em 150, número de horas pelo qual o salário do bancário seria dividido. Pelo cálculo dos bancos, que exclui o sábado, o montante seria dividido por 180 e aplicado o chamado “divisor 180”.

A partir de 2012, a Súmula nº 124 da Corte estabeleceu que o divisor aplicável para o cálculo das horas extras do bancário submetido à jornada de seis horas é de 150 e de 200 para os submetidos a oito horas. Isso se houvesse ajuste individual expresso ou coletivo no sentido de considerar o sábado como dia de descanso remunerado. Prevaleceu o entendimento de que as convenções coletivas dos bancários não deram natureza de repouso semanal remunerado ao sábado. Para o assessor jurídico da Contraf-CUT, Jefferson Oliveira, a decisão representa um claro ataque aos direitos dos bancários.

IGUALDADE DE OPORTUNIDADES

Bancários cobram avanços na questão racial



Bancários alertaram que as medidas e projetos do governo Temer trazem prejuízos para os trabalhadores e vão afetar principalmente a população negra

A Contraf CUT (Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro) e a Febraban (Federação Brasileira dos Bancos) se reuniram na última quinta-feira, 1º de dezembro, em São Paulo, na mesa temática de Igualdade de Oportunidade. Na pauta, a questão racial, invisibilidade/visibilidade, contratação e ascensão profissional de negros e negras no sistema financeiro.

Os representantes dos bancários abriram a reunião revelando a preocupação dos trabalhadores com a Proposta de Emenda Constitucional 55 do Senado, conhecida como a “PEC da morte”. Na avaliação dos sindicalistas, a população mais pobre, formada em sua maioria por negros e pardos, será mais afetada com o congelamento dos investimentos sociais para os próximos vinte anos.

“Os negros e negras são os que mais utilizam o sistema público de educação, saúde e necessitam dos programas sociais de habitação e distribuição de renda”, afirma o secretário de Combate ao Racismo da Contraf-CUT, Almir Aguiar. Almir disse ainda que as reestruturações que vêm acontecendo nos bancos públicos e privados, reduzindo o número de agências e funcionários nas unidades vai tornar o atendimento à população ainda mais precário. “As classes menos favo-

recidas são as que mais utilizam e dependem dos serviços bancários. Os ricos não vão para as filas nos bancos, mas possuem atendimento diferenciado para suas operações financeiras e utilizam os meios virtuais cada vez mais comuns no setor”, acrescenta o sindicalista.

MAPA DA DIVERSIDADE

Os bancos apresentaram dados do Mapa da Diversidade que aponta um aumento no número de contratação de negros no sistema financeiro. Em 2008, segundo os dados, havia 19% de negros. No mapa de 2014, este número saltou para 24,7%, ou seja, um aumento 5,7%. A Contraf-CUT cobrou mais detalhes da pesquisa, mas os representantes da Febraban não se manifestaram.

“Os dados precisam ser apresentados pois precisamos saber se o avanço nestas contratações não estão ocorrendo apenas nos bancos públicos, onde as admissões são por meio de concurso, havendo inclusive cotas, de acordo com a legislação”, afirma Almir Aguiar, secretário de Combate ao Racismo.

“Mesmo com um aumento relativo nos números apresentados, estes avanços não são percebidos nas unidades porque há questão da visibilidade. Normalmente os negros estão em departamentos, não em

atendimento ao público. Além disso, na ascensão profissional, como acontece em todo o país, os negros são discriminados”, acrescenta Almir.

REIVINDICAÇÕES

A Contraf-CUT apresentou uma pauta resumida das reivindicações que vêm sendo feitas nos últimos anos, para que haja uma resposta mais efetiva na próxima mesa: “Queremos respostas objetivas da Febraban, que ajudem a diminuir a desigualdade entre negros e brancos nos bancos”, afirma Fabiano Jr, secretário de Políticas Sociais.

Os representantes dos bancários defenderam ainda a necessidade futura de um novo Mapa da Diversidade, devido à reestruturação do sistema financeiro.

A próxima reunião da mesa de Igualdade de Oportunidades está prevista para acontecer em fevereiro, com as seguintes pautas: questão de gênero, identidade de gênero e paternidade responsável (licença paternidade).

As diretoras do Sindicato do Rio Kátia Branco e da Federação dos Bancários RJ/ES Adilma Nunes também participaram do encontro. “As contratações precisam ser extensivas a setores que proporcionem visibilidades aos negros e negras, tais como gestores, gerentes, caixas e outros”, disse Kátia.

BANCÁRIO

Presidenta: Adriana Nalesso – **Sede** – Av. Pres. Vargas, 502/16º, 20º, 21º e 22º andares - CEP 20071-000 – Centro – Fax (Redação): (021) 2103-4112 – **Sede Campestre** - R. Mirataia, 121 - Tel: 2445-4434 (Pechincha/Jacarepagua) – **Subsede de Campo Grande:** Rua Manai, 180, CEP: 23052-090 – Campo Grande – Tel.: 2415-0725 - 2415-0159 – **Secretaria de Imprensa** (imprensa@bancariosrio.org.br) – Vera Luiza Xavier (Banerj/Itaú), coordenador responsável **Coletivo de Imprensa:** Ronald Carvalhosa (Banerj/Itaú), Marcelo Ribeiro (Unibanco/Itaú), José Pinheiro (Banerj/Itaú) - **Editor:** Carlos Vasconcellos - MTb 21335/RJ - **Redatores:** José Eurides de Queiroz - Mtb 11.732 SP, Olyntho Contente - Mtb 14173/RJ - **Revisor:** João Luiz Pacheco - **Estagiária:** Larissa Rodrigues - **Ilustrador:** Julio Mariano - **Diagramadores:** Marco Scalzo e Fernando Xavier - **Fotos:** Nando Neves - **Secretário de Imprensa:** Celedon Broca – Secretaria de Cultura (cultural@bancariosrio.org.br) - Tel.: 2103-4150 – Secretaria de Bancos Públicos (bancospublicos@bancariosrio.org.br) Tels.: 2103-4122/4123 – Secretaria de Bancos Privados (bancosprivados@bancariosrio.org.br) Tels.: 2103-4121/4124/4172 – Secretaria de Saúde (saude@bancariosrio.org.br) Tels.: 2103-4110/4116/4149/4176 – Secretaria do Jurídico (juridico@bancariosrio.org.br) Tels.: 2103-4104/4125/4128/4173 – **Impresso na 3 Graph - Distribuição Gratuita - Tiragem: 22.000**

Muito a temer. Bancos públicos em risco



A consciência sobre os riscos do impeachment para o sistema público nunca nos faltou. Sempre estivemos na rua alertando para o perigo que um governo golpista representaria para o patrimônio nacional,

particularmente, para a Caixa Econômica e Banco do Brasil.

Infelizmente, a previsão foi confirmada com poucos meses do governo Temer. Neste fim de ano, bancários e bancárias estão sendo confrontados com a dura realidade. Dizer que o anúncio de desmonte do Banco do Brasil é uma medida arbitrária é praticamente - para usar uma expressão popular - chover no molhado.

Esse governo ilegítimo só tomou resoluções que confrontam os interesses da classe trabalhadora, principalmente das pessoas de menor poder aquisitivo. Da noite para o dia decidiram fechar, somente no Rio de Janeiro, 29 agências e transformar outras 17 em postos de atendimento. Junto com essas medidas veio um pacote de absurdos para os funcionários. Muitos serão descomissionados e outros tantos terão que engolir um 'Programa Extraordinário de Aposentadoria

Incentivada (PAEI)' que sequer chegou a ser discutido. Essas medidas não vão prejudicar somente o trabalhador do sistema financeiro, mas toda a população. Agências fechadas significam maior dificuldade para acesso aos serviços bancários forçando muitas vezes o cliente a fechar sua conta. Com certeza, esse é o objetivo do governo, já que uma grande parte dos correntistas do Banco do Brasil é de pessoas de baixa renda. Desta forma, também se abre caminho para a privatização "limpando" a carteira de clientes. Não há o menor interesse de algum banco privado assumir os pequenos clientes dos bancos públicos.

Precisamos romper o bloqueio de circulação de informações e lembrar à sociedade que os bancos públicos têm um papel social a cumprir. Eles são os responsáveis pelos financiamentos agrícolas, por exemplo, que dão acesso à agricultura familiar. As taxas de juros

desses bancos não podem ser iguais às praticadas pelos bancos privados. Vale lembrar que quanto mais altas forem essas taxas, maior é o endividamento do governo e, principalmente, das pessoas que recorrem ao financiamento. Combater a inflação com política de juros altos penaliza os mais pobres, reduz o crédito e, conseqüentemente, a economia fica estagnada.

O desmonte dos bancos públicos pretendido pelo atual governo precisa ser debatido exaustivamente com os trabalhadores do sistema financeiro e com toda a sociedade. E o Sindicato dos Bancários Rio já deu o primeiro passo, promovendo um ciclo de debates. Precisamos defender a nossa soberania e lutar contra os desmandos desse governo, porque afinal, se é público é para todos.

Adriana Nalesso - Presidenta do Sindicato dos Bancários Rio

TURISMO

Cidade histórica de Olinda está no roteiro da excursão ao Nordeste



A cidade histórica de Olinda também está no roteiro de férias da excursão promovida pelo Sindicato

Casarens coloniais, igrejas centenárias e parte importante da história do Brasil estão nas ruas e praças de Olinda, em Pernambuco. A bela cidade faz parte do roteiro da excursão ao Nordeste, promovida pela Secretaria de Cultura, Esportes e Lazer do Sindicato para as férias escolares de janeiro, que será realizada de 15 a 23 de janeiro de 2017. As inscrições devem ser feitas com

antecedência, pois a procura é grande para este passeio. O pacote, que custa R\$3.895 por pessoa (R\$3.760 para bancários sindicalizados), inclui passagem aérea, hospedagem e passeios também a Praia dos Carneiros, Cabo Santo, Agostinho, Ilha de Itamaracá, João Pessoa e a famosa Porto de Galinhas, também em Pernambuco. Garanta já a sua vaga pelos telefones 2103-4150/4151/4106.

BNDES: assembleia aprova acordo da PLR

MATHEU NEVES



Os empregados do BNDES aprovaram, nesta segunda-feira (5/12), a proposta do acordo da Participação nos Lucros ou Resultados (PLR). O total a ser distribuído não poderá ser superior a 25% (vinte e cinco por cento) dos valores pagos pelo banco a seu acionista único (a União) a título de dividendos e/ou juros sobre capital próprio. O cálculo da verba depende do resultado do balanço deste ano. O pagamento normalmente ocorre em março. O acordo será assinado nas próximas semanas.

O acordo da PLR é negociado

à parte da Convenção Coletiva dos Bancários (CCT) e do acordo específico do BNDES. Este foi aprovado em 19 de outubro e assinado em 10 de novembro. Naquele mesmo dia aconteceu, no Edifício Ventura, a primeira rodada de negociação da PLR. As cláusulas econômicas do específico seguiram basicamente as da CCT, assinada entre o Comando Nacional e a Fenaban, exceto o pagamento do abono salarial de R\$ 3,5 mil. A maioria das cláusulas sociais específicas foram renovadas.

Sindicato faz ato no Dia Mundial de Combate à Aids

NANDO NEVEZ

Para chamar a atenção sobre a necessidade de prevenir-se contra a doença e romper com o preconceito com as pessoas soropositivas, o Sindicato promoveu uma manifestação nesta sexta-feira, 1º de dezembro, Dia Mundial de Combate à Aids. A atividade foi em frente ao prédio do Bradesco da Senador Dantas, onde dirigentes do Sindicato fizeram discursos, distribuíram camisinhas e panfletos sobre o combate à doença. Atores da Cia de Emergência Teatral apresentaram um esquete sobre o tema.

A presidenta do Sindicato, Adriana Nalesso, destacou que a participação da entidade no Dia Mundial de Combate à Aids é lembrado todos os anos, como em outras campanhas, entre elas a de combate às lesões por esforços repetitivos (LER) e a de apoio às vítimas de acidente de trabalho. “Essas atuações fazem parte da política do Sindicato Cidadão, através da qual a entidade busca dialogar com a sociedade e ajudar a resolver questões importantes como estas ligadas à saúde, por exemplo, ou participar de campanhas de auxílio às vítimas de catástrofes naturais”, explicou.

CRÍTICAS AOS BANCOS

O diretor da Secretaria de Saúde do Sindicato Gilberto Leal criticou os bancos por não terem um programa de prevenção contra a aids. Lembrou que também não existe legislação que garanta estabilidade no emprego ao soropositivo, o que gera uma imensa intranquilidade a estas pessoas. Acrescentou que o avanço no tratamento da Aids acabou diminuindo os cuidados com a prevenção, gerando o efeito imediato de aumento do número de soropositivos, principalmente entre os jovens. “Não podemos relaxar no cuidado com a doença. A ideia desta atividade é justamente chamar a atenção da população para esta questão e também para a falsa impressão de que a Aids afeta apenas o outro, distante a percepção de que todos estamos vulneráveis”, argumentou.

Os diretores do Sindicato frisaram que a prevenção não pode ser confundida com o preconceito aos soropositivos. Não há por que discriminar a pessoa, ou recusar a ela o carinho e o convívio social normal. Este Dia Mundial busca passar também estas informações à população.



Cercada por diretores, bancários, populares e atores da Cia de Emergência, a presidenta do Sindicato, Adriana Nalesso, fala durante ato no Bradesco Senador Dantas



O diretor da Secretária de Saúde do Sindicato Gilberto Leal distribui preservativos à população



O talentoso ator Marco Hamellin e a Companhia de Emergência Teatral levaram bom humor ao ato público e chamaram a atenção de populares